

**Percepção dos Estudiosos da Teoria da Contabilidade sobre as Propostas de
Modificação da Estrutura Conceitual do IASB: Uma Análise a partir do Enfoque
Habermasiano**

DAVI JÔNATAS CUNHA ARAÚJO
Universidade Federal de Pernambuco

JULIANA GONÇALVES DE ARAUJO
Universidade Federal de Pernambuco

RODRIGO VICENTE DOS PRAZERES
Universidade Federal de Pernambuco

JOÃO GABRIEL NASCIMENTO DE ARAÚJO
Universidade Federal de Pernambuco

EDNA MARIA DE MELO VIEIRA
Universidade Federal de Pernambuco

**Percepção dos Estudiosos da Teoria da Contabilidade sobre as Propostas de
Modificação da Estrutura Conceitual do IASB: Uma Análise a partir do Enfoque
Habermasiano**

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo identificar como a proposta de modificação da Estrutura Conceitual do IASB, observada a partir do enfoque habermasiano, é percebida pelos estudiosos da Teoria da Contabilidade. Para tanto, procedeu-se essa pesquisa através da aplicação de questionário, subdividido em duas partes, uma relativa a questões fechadas onde se utilizou a escala *Likert* e outra parte aberta onde os respondentes puderam justificar suas respostas. Os respectivos questionários foram aplicados via e-mail para todos os inscritos da 1ª e 2ª edição do Simpósio Brasileiro de Teoria da Contabilidade, de onde foram obtidas 48 respostas. Posteriormente os dados obtidos com a aplicação do questionário foram analisados por meio de duas técnicas distintas: a estatística descritiva e a análise de conteúdo, sobretudo através do confronto com os aspectos técnico, prático e emancipatório propostos por Habermas. Após a aplicação dessas duas técnicas de análise, os resultados apontaram que, no que diz respeito ao interesse técnico, a interpretação dos participantes considerou as influências dessas propostas no processo do ensino. Já no aspecto prático, a percepção dos respondentes apontou certa distância entre o entendimento da relação da operacionalização dos novos conceitos e prática da contabilidade. Por fim, no que tange ao aspecto emancipatório a percepção dos respondentes indicou que a mudança proposta não acarretaria transições de grande extensão. Com base nas percepções dos respondentes, concluiu-se que o processo do ensino e aprendizagem sofre influência, dada a necessidade dos docentes reportarem as características conceituais existentes na transmissão dos novos conceitos, haja vista a permanência da “essência sobre a forma”, caso ocorra à institucionalização das novas propostas de conceitos pelo IASB.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do Pronunciamento Conceitual Básico é o de servir como fonte dos conceitos básicos e fundamentais a serem utilizados na elaboração e na interpretação dos Pronunciamentos Técnicos, na preparação e utilização das demonstrações contábeis das entidades comerciais, industriais e outras de negócios e também para a elaboração de outros relatórios.

A Estrutura Conceitual existente no Pronunciamento Conceitual Básico estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos, e possui como finalidade dar suporte ao desenvolvimento de novos Pronunciamentos, aos órgãos reguladores, aos auditores independentes e aos demais usuários das demonstrações contábeis.

A Estrutura Conceitual, bem como os demais Pronunciamentos, Interpretações e Orientações são correspondentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* – IASB, as quais são periodicamente colocadas em audiência de revisão e, posteriormente, modificadas.

No ano de 2012, foram estabelecidas pelo IASB audiências públicas que envolviam propostas para mudanças do *Conceptual Framework for Financial Reporting*, que no Brasil, corresponde ao Pronunciamento Conceitual Básico. Estas audiências abordavam, dentre outros assuntos, tópicos relacionados com as alterações conceituais dos elementos patrimoniais e de resultado IFRS (2013).

Como resultado das discussões realizadas nas audiências foi publicado em 2013 um documento que formalizava a proposta das mudanças que poderão vigorar a partir de 2017.

As mudanças propostas visam promover um melhor entendimento e aplicação dos conceitos, por meio de uma interpretação crítica dos mesmos.

Para formatar um contexto crítico, Roslender (2006) faz alusão à contribuição de Habermas (1970) ao pensamento Crítico no que concerne a relação entre os interesses humanos e o conhecimento em três abordagens, a saber: técnico, prático e emancipatório. Algumas características dessas abordagens podem ser associadas ao processo de modificação da Estrutura Conceitual determinado pelo IASB.

A teoria crítica sensibiliza os responsáveis pela contabilidade sobre os efeitos de suas práticas e promove reflexão sobre as condições e consequências em que estas operam e são institucionalizadas. Roslender (2006) delimita que as abordagens da teoria crítica introduzem na contabilidade um conjunto de conhecimentos críticos que refletem nas práticas sociais da mesma, e, ainda indica a evolução do Marxismo como participante na formatação de sua base social filosófica.

A partir do estudo da interpretação dos fatos por meio da perspectiva crítica e da necessidade de comunicar aos usuários das mudanças conceituais trazidas pela proposta de modificação do IASB, ergue-se o seguinte questionamento: *Como a proposta de modificação da Estrutura Conceitual do IASB, observada a partir do enfoque Habermasiano, é percebida pelos estudiosos da Teoria da Contabilidade?*

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA CRÍTICA

Roslender (2006) ensina que a tradição intelectual acerca da Teoria Crítica data dos anos 1920, tendo como berço a *Universidade de Frankfurt* e possuindo o apoio de um número considerável de intelectuais europeus, simpatizantes da Teoria Marxista e que estavam descontentes por esta privilegiar os aspectos econômicos associados às estruturas políticas, distanciando-se dos fundamentos democrático-socialistas.

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

Com base nesse contexto, a Teoria Crítica busca promover a autoconsciência no indivíduo pela autorreflexão crítica das informações de um determinado ambiente social. Nesse sentido, Horkheimer (1976) identifica e opõe os conceitos da Teoria Crítica aos da Teoria Tradicional, enfatizando que a Teoria Crítica, na formação de seu conceito e em todas suas fases de desenvolvimento, muito conscientemente tem sua própria preocupação com a organização racional da atividade humana a qual tem a tarefa de iluminar e legitimar.

Assim, para o autor, a Teoria Crítica não se preocupa com as metas já impostas por modos de vida já existentes, mas com o homem e todas suas potencialidades. No mesmo norte, Laughlin (1987) também aponta que a Teoria Crítica é um veículo através do qual o entendimento sobre a realidade pode ser alcançado, e a transformação das instituições concretas pode ocorrer. Assim, o entendimento sempre está relacionado com as preocupações e com as transformações desejadas.

Para a Contabilidade, a teoria crítica tem como principal pressuposto proporcionar o amadurecimento e a complementação das visões clássicas acerca dos objetivos e funções que esta deve desempenhar. Como ensinam Galhoffer e Haslam (1997), a pesquisa contábil crítica deve se preocupar em teorizar adequadamente sobre o impacto potencial e previsto da contabilidade sobre as pessoas. Em outras palavras, a visão crítica proporciona à Contabilidade a possibilidade de vislumbrar seu papel na sociedade, de modo a permitir que se identifique qual o contexto social que esta ciência ocupa e quais mudanças sociais esta pode proporcionar a partir do momento em que houver um maior nível de autorreflexão e autocrítica.

Sendo assim, estruturando seu entendimento acerca da perspectiva Crítica, Habermas (1970) utiliza três tipos de interesses, sendo eles o técnico, o prático e o emancipatório; associando-os à linguagem e ao processo de comunicação. Partindo desse pressuposto, no que diz respeito à importância do processo de comunicação, Habermas (2002) coloca os principais pontos ou pretensões de validade para um processo de comunicação efetivo:

- (a) Enunciar de uma forma inteligível;
- (b) Oferecer ao ouvinte algo que possa compreender;
- (c) Fazer-se a si próprio, desta forma, entender;
- (d) Atingir seu objetivo de compreensão junto ao outro.

Tais caracterizações possibilitam a associação do pensamento de Habermas à proposta de modificação da Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, no intuito de evitar falhas e permitir que essa estrutura cumpra a missão de possibilitar o processo de produção e comunicação das informações contábeis entre a Contabilidade e seus usuários.

Nesse sentido, Iudícibus *et al.* (2011) afirmam que “o esforço, portanto, deve ser pelo estabelecimento de um ‘ato de fala’ bem-sucedido, em torno de um conceito de contabilidade que contemple seu objeto e satisfaça tanto no contexto de uma interação social (pelo menos dois indivíduos) quanto na interação individual (o leitor e suas próprias cogitações)”.

Perdersen (2008) comenta que uma das primeiras contribuições de Habermas para discussões sobre os fundamentos das ciências sociais caracteriza-se pelo debate positivista alemão. Nesse contexto, o autor ainda afirma que Habermas defendeu uma abordagem hermenêutica, interpretativa da realidade social.

Dessa forma, a interpretação dos meios utilizados pela sociedade para adquirir conhecimento, resulta na observação de como os interesses humanos que servem para construção desse próprio conhecimento são influenciados. Nessa perspectiva, apresenta-se o enfoque de Habermas (1972) sobre os tipos de interesse humano que influenciam a construção do conhecimento crítico pelos indivíduos.

Habermas continua a oferecer uma introdução de fácil acesso para distinguir a perspectiva da Teoria Crítica de outras maneiras de ver e faz isso explorando a relação entre o

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

conhecimento e o interesse humano. Ele afirma que três tipos de interesses humanos são inicialmente identificados: técnico, prático e emancipatório. Cada um desses interesses é identificado com uma forma particular de "ciência": empírico-analítica, histórico-hermenêutica e crítico, a partir disto, estes originam os diferentes tipos de conhecimento.

No caso das ciências empírico-analíticas, o objetivo é o domínio e o controle dos processos naturais para o benefício dos membros da sociedade. Para Habermas (1972), o interesse técnico está associado com as abordagens positivistas para o conhecimento enraizado no trabalho ou do trabalho. Em contraste com isso, o interesse prático das ciências histórico hermenêutica está preocupado com a linguagem, ao invés do trabalho. Como a ciência da interpretação, a hermenêutica implica fazer sentido no que as pessoas dizem e pensam, e as formas em que isso está relacionado com a ação. Deste modo, as ciências histórico-hermenêutica diferem das ciências empírico-analíticas, proporcionando assim uma base adequada para as ciências (sociais) culturais. Ambos os tipos de ciência têm em comum, no entanto, a meta de produção nomológica, isto é, lei-como, conhecimentos, contudo.

Mais importante, para Habermas a capacidade das ciências histórico-hermenêutica para transformar a sociedade é limitada pela forma em que a interação é distorcida e confusa pelas estruturas sociais. Como consequência, as pessoas podem ganhar entendimentos errados do outro. Eles podem ser enganados e manipulados, e sistematicamente cegos. A terceira abordagem científica é, portanto, necessária.

Habermas (1970) chama de "ciência social crítica" esta terceira abordagem, identificando-o com o interesse emancipatório. Como o interesse prático, o interesse emancipatório é associado, a linguagem e a comunicação. Para Habermas, o propósito da ciência social crítica é livrar a linguagem, interação e comunicação de distorções, como um precursor para permitir que as pessoas participem plenamente do processo da tomada de decisão através do mecanismo anteriormente denominado a "situação ideal de fala".

2.2 PRONUNCIAMENTO CONCEITUAL BÁSICO E PROPOSTAS DE MODIFICAÇÃO DO IASB

No Brasil, a Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, é materializado pelo Pronunciamento Conceitual Básico – CPC 00, e, segundo suas disposições normativas, sua abordagem foi desenvolvida de forma a ser aplicável a uma gama de modelos contábeis e aos conceitos de capital e sua manutenção (Estrutura Conceitual Básica, 2013, p.4).

A funcionalidade do CPC 00 reside em promover a interação entre o órgão regulador e os usuários do normativo, para que as informações contábeis sejam geradas sem distanciar-se dos parâmetros da fidedignidade e da confiabilidade. Nesse sentido, pode-se inferir que tais aspectos são importantes porque a contabilidade é um relatório público sobre as ações de terceiros, e o valor da contabilidade depende da assistência dada para ajudar na buscar por razões que justificam suas ações em seu contexto social (ARRINGTON, PUXTY; 1991).

Entre as características que contribuem para a utilidade da informação contábil, a confiabilidade é a que mais se destaca. É a partir desse atributo que os usuários avaliam e formam sua opinião crítica sobre o conteúdo das demonstrações, haja vista que estas representam a realidade econômica, financeira e patrimonial da entidade que está sendo reportada (SANTOS *ET AL.*, 2011). Quando na conformidade das demonstrações com a confiabilidade, o processo de comunicação existente entre o normativo e os usuários responsáveis por produzir os relatórios, é considerada livre de viés.

Partindo desse pressuposto, Laughlin (1987) argumenta que um dos pontos relevantes da Teoria Crítica em Contabilidade é que ela busca a mudança e o desenvolvimento constante das práticas em Contabilidade. Com base nesse argumento, entende-se que a proposta de mudança da Estrutura Conceitual Básica pelo IASB, tem por finalidade o desenvolvimento

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

conceitual dessa estrutura e em consequência disso, o aprimoramento do processo de comunicação das informações.

Nesse diapasão, Habermas (2002) afirma que em todo esse processo, o falante deve escolher uma forma de expressão inteligível (*verständlich*), de forma a que tanto ele como o ouvinte possam compreender-se um ao outro. Logo, as mudanças propostas pelo IASB têm como finalidade atribuir maior abrangência aos conceitos contemplados pela Estrutura Conceitual Básica na busca por proporcionar maior eficácia ao processo de comunicação por meio das informações contábeis. Embasado pela abordagem da Teoria Crítica, a comunicação na contabilidade é possibilitada a partir da ascensão social como ciência que contribui para o desenvolvimento da sociedade e proporciona que suas práticas e técnicas elevem-se e emancipem os usuários por meio do contexto técnico, prático e social que se materializa na busca pelo atendimento das necessidades dos grupos sociais.

Tal processo de comunicação deve ocorrer a partir do entendimento dos usuários ao que se encontra elencado no normativo. Para que esse objetivo seja alcançado, a interpretação dos conceitos foi trazida pela estrutura conceitual. Análogo ao aspecto da comunicação, a justificativa dada pelo IASB para esse processo de revisão materializada por meio da consulta pública busca promover a interação social no processo de consolidação das propostas das alterações conceituais.

As propostas de mudança foram geradas a partir da crítica aos conceitos e elencados problemas identificados pelo IASB na Estrutura Conceitual, a saber:

Tabela 1 Principais críticas do IASB aos conceitos da Estrutura Conceitual Básica em janeiro 2013

ATIVO	<ul style="list-style-type: none">✓ Expectativa de retorno para entidade;✓ “proveniente de eventos passados”;✓ Ativo como “resultado final” e não como “recurso”.
PASSIVO	<ul style="list-style-type: none">✓ “Saída de benefícios econômicos para liquidação da obrigação”;✓ Inserção da Responsabilidade como obrigação presente de transferir recurso econômico;✓ Conceito de obrigação construtiva.

Fonte: *Staff paper - 28 January /1 February (2013)*

Lagioia (2012) diz que a elaboração e a divulgação dos relatórios contábeis financeiros devem acompanhar o contexto da entidade frente à premissa da continuidade ou descontinuidade da organização. Assim, quando existe mudança de conceitos, o processo de elaboração dos relatórios financeiros dependerá também da adequação conceitual que os elementos patrimoniais e de resultado apresentem.

No âmbito da teoria crítica, essa adequação deverá ocorrer junto ao entendimento das práticas profissionais além da técnica. E tal relação é considerada como uma das características atribuídas à teoria crítica por esta promover a ação social como resultado de sua aplicação conceitual. Neste contexto, Galhofer e Haslam (1997) ensinam que “uma característica importante da contabilidade é a sua capacidade de agir como uma força de mudança radical emancipatória tornando as coisas visíveis e compreensíveis e ajudando a gerar diálogo e ação para a mudança emancipatória.”

Segundo Iudícibus (2007), a contabilidade caracterizou-se como um campo de conhecimento onde seus intérpretes e formuladores (os contadores), fornecem informações sobre o quadro estático e dinâmico dos efeitos das relações de fatos e eventos. Para que este quadro seja apresentado, as propostas das alterações conceituais deverão ser bem comunicadas e entendidas pelos usuários dos conceitos, pois a contabilidade é institucionalizada, nessas organizações, como parte do seu processo que se volta para alcançar os objetivos sociais e econômicos. Arrington e Puxty (1991) ratificam essa afirmativa

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

colocando que “a validade da contabilidade depende do sentido ambíguo da sua veracidade, uma vez que pressupõe a representação de um assunto em uma linguagem autêntica e significativa da apresentação de si mesma.”

Brown e Dillard (2012, p. 178) dizem que a compreensão dos fatos é adquirida por meio de discussão e debate orientado pelos princípios da situação ideal de fala, que exige que as alegações de verdade deve ser legitimada em termos de compreensão, verdade, retidão e honestidade. De forma análoga a este contexto, o IASB, para propor as mudanças conceituais, unifica esse processo através da coleta de informações pelos questionários ao público e divulga os resultados por meio das audiências públicas.

A partir disso, os temas que a teoria crítica fornece enfoque, são dados pelo foco na natureza que é construída pelas pessoas e pela realidade, bem como que enfatiza a linguagem como um sistema de distinções e os trata como pontos centrais no processo de construção (CLEGG et al., 2010). Neste contexto, a divulgação dos resultados da consulta pública são incluídos por meio da efetivação do processo de linguagem que ocorre através da coleta de opinião pública.

O processo de comunicação entre o órgão normativo e os usuários é tratado por meio do entendimento e aplicação dos novos conceitos. Para que o processo possa emancipar os indivíduos, suas críticas devem encontrar-se fundamentadas e a influência do comportamento dos indivíduos deve ser levada em consideração.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem por objetivo identificar como a proposta de modificação da Estrutura Conceitual do IASB, observada a partir do enfoque habermasiano, é percebida pelos estudiosos da Teoria da Contabilidade. Para tanto, optou-se por uma estratégia de pesquisa de cunho qualitativo e de caráter exploratório.

Inicialmente, efetuou-se uma investigação bibliográfica para associar as propostas de modificação da Estrutura Conceitual para ativos e passivos com os interesses humanos propostos pelo próprio Habermas, quais sejam: técnico, prático e emancipatório.

As propostas de mudança conceitual do IASB para 2017, recomendadas na Agenda 9, foram caracterizadas e interpretadas a partir de cada um desses interesses e os resultados foram dispostos em dois quadros, que irão conter as comparações entre as mudanças nas definições do ativo e do passivo sob o enfoque do interesse técnico, prático e emancipatório propostos por Habermas.

A Agenda 9 representa uma ordem na sequência das reuniões realizadas pelo IASB e seu principal conteúdo é representado pelas propostas de mudanças dos conceitos dos elementos patrimoniais e de outros critérios que são contidos no projeto de readequação da Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade.

Os referidos quadros foram utilizados como elementos para um questionário desenvolvido com o objetivo de identificar a percepção dos estudiosos da Teoria da Contabilidade sobre as mudanças propostas pelo IASB. O questionário foi construído em plataforma eletrônica, sendo estruturado em três seções, tal como disposto a seguir:

Tabela 2: Apresentação da estrutura base do questionário de pesquisa em janeiro 2013

Interesses	Visão de Habermas	Dimensões da percepção dos participantes da pesquisa
Técnico	Domínio e controle dos processos para o benefício social	Ensino e aprendizagem da Teoria da Contabilidade
Prático	Influência do entendimento nas ações	Como as características qualitativas da

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

	dos indivíduos	informação contábil irão influenciar a aplicação dos novos conceitos
Emancipatório	Conhecimento como forma de transformação social	O entendimento crítico dos novos conceitos pelos participantes da pesquisa

Fonte: elaborado pelos autores.

Os questionamentos elaboradas a partir destas etapas foram estruturados com base na escala *Likert* de 5 pontos, em que o ponto 1 indicava “discordo totalmente” e o ponto 5, “concordo totalmente”. Cada questionamento apresentava a oportunidade dos respondentes descreverem a justificativa pelo seu grau de concordância.

O questionário eletrônico foi enviado para uma lista de e-mails contendo todos os inscritos da 1ª e 2ª edição do Simpósio Brasileiro de Teoria da Contabilidade. A referida lista contemplava 601 inscritos, contudo, nem todos puderam participar da pesquisa, haja vista que o próprio questionário já estava direcionado apenas para professores, alunos de mestrado e doutorado.

Como resposta, obteve-se um retorno de 45 questionários, sendo que um professor respondente solicitou o envio do questionário para outros 3 docentes, obtendo-se ao final, uma amostra de estudo formada por 48 participantes. O período de coleta de dados ocorreu no mês de janeiro de 2014.

Os dados da pesquisa foram analisados por meio de duas técnicas distintas: a estatística descritiva e a análise de conteúdo. A estatística descritiva foi utilizada para análise das questões que buscava averiguar a concordância dos participantes em cada um dos quesitos apresentados. No que concerne à interpretação da justificativa dos participantes quanto a essa concordância, efetuou-se a análise de conteúdo, associando as respostas a cada um dos interesses humanos propostos por Habermas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise do perfil

Para que fosse possível fazer uma análise do perfil dos respondentes, foram dispostas 4 questões acerca da idade, gênero, função (professor, estudante de doutorado e estudante de mestrado) e linha de pesquisa de cada indivíduo.

Quanto ao gênero, foram analisadas 48 respostas que indicavam o gênero feminino, o que representou 53% da amostra, enquanto o gênero masculino representou 47% (23), indicando uma homogeneidade nas respostas.

A idade dos respondentes foi segregada em blocos, dentre os quais 2 apresentaram maior representatividade: 20 – 30 anos, indicando o percentual de 35% (17); e 31-40 anos, com 39% (19). Os outros blocos (41-50 anos, 51-60 anos, e mais de 60 anos) indicaram o percentual de 14% (7), 10% (5) e 2% (1), respectivamente.

O terceiro questionamento buscou explorar a função do indivíduo, e entre as opções estavam: professor, estudante de mestrado e estudante de doutorado. Apesar de esta questão apresentar um formato que “caixa de seleção”, onde o respondente pode escolher mais de uma opção, somente dois questionários foram respondidos com mais de uma alternativa.

Neste questionamento, a maioria respondeu ter como função a de “professor”, representado pelo percentual de 65% (32), enquanto que as opções “estudante de mestrado” e “estudante de doutorado” foram representadas por 22,4% (11) e 12,2% (6), respectivamente.

A última questão referente ao perfil foi “linha de pesquisa”, onde as opções expostas foram: Contabilidade Societária/Finanças; Contabilidade de Custos/Gerencial; Governança/Sustentabilidade; Teoria da Contabilidade e Outros. A primeira teve a representatividade de 37% (18), e a segunda 33% (16). A opção Governança

Corporativa/Sustentabilidade foi assinalada como linha de pesquisa por 8% (4) e Teoria da Contabilidade por 14% (7).

4.2 Quanto ao Ensino da Teoria da Contabilidade

O segundo bloco do questionário tinha a intenção de averiguar percepções dos respondentes quanto sua opinião acerca dos aspectos didáticos e cognitivos dos docentes e discentes a partir das mudanças conceituais propostas pelo IASB.

Tabela 3 Dialética dos conceitos dos elementos patrimoniais em janeiro 2013

ATIVO	
<i>Estrutura Conceitual Básica, CPC 00</i>	<i>Proposta de Modificação - Staff paper, Agenda 9</i>
Um Ativo é um <i>recurso controlado pela entidade</i> como resultado de eventos passados e do qual <u>se espera que fluam futuros benefícios econômicos</u> para a entidade.	Um Ativo é um <i>recurso econômico</i> presente.
PASSIVO	
Um Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na <i>saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos</i> .	O Passivo é uma obrigação presente de <i>transferir um recurso econômico</i> .

Fonte: Pronunciamento Técnico (CPC 00) e Staff paper - 28 January /1 February (2013)

O conceito atual dos elementos patrimoniais é materializado pelo Pronunciamento Conceitual Básico em três pilares: o controle, a temporalidade e a probabilidade. Estes se caracterizam como elementos que interagem para formatar as abordagens dos conceitos e esta interação se relaciona com os usuários da contabilidade por meio da interpretação e a consequente aplicação da norma.

Para melhor apresentação do objetivo proposto neste bloco, o primeiro questionamento é apresentado da seguinte forma: “*Quanto ao ensino da Teoria da Contabilidade, as mudanças apresentadas no quadro trarão mais simplicidade no processo da transferência desse conhecimento?*”.

Tal questão dividiu a opinião dos respondentes, visto que 37% (18) discordam da proposta abordada na indagação, enquanto que 33% (16) concordam que esta modificação proposta trará mais simplicidade quando do processo de ensino-aprendizagem. Quando observados os elementos extremos da escala “Concordo totalmente” e “Discordo totalmente”, foram obtidos os mesmos percentuais, 8% (4), cada. Assim, 14% (7), se mostraram indiferentes.

A justificativa dos respondentes foi categorizada entre os grupos que participaram da pesquisa. As opiniões dadas pelos professores foram categorizadas em quatro aspectos: os que afirmaram que o IASB simplificou o conceito e aqueles que vincularam tal simplificação ao processo do ensino e aprendizagem dos alunos, em contrapartida, alguns professores afirmaram que os novos conceitos não apresentavam simplificação em sua proposta e como consequência, deveria haver mudanças no ensino da Teoria da Contabilidade com provável influência na aprendizagem dos discentes.

Quanto à justificativa dos doutorandos, a ênfase na discussão por parte desse grupo residiu na interpretação dos próprios conceitos. Nesse contexto, um respondente afirmou que “o ativo em si mesmo já traz capacidade para algo”. Uma das opiniões dos doutorandos convergiu com o grupo de professores que afirmaram identificar mais simplicidade na nova

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

proposta. Apesar da afirmação do respondente quanto à essência do ativo e passivo já incluir o que se está disponibilizado nos conceitos, este concordou que esta simplicidade pode não explicitar a essência dos elementos patrimoniais.

No que concerne aos mestrandos, observou-se que a abordagem das justificativas apresentou um perfil mais crítico quando estas são comparadas com as abordagens dos grupos anteriores. Neste aspecto, uma das críticas observadas para os novos conceitos foram referentes ao entendimento da tempestividade se estes conceitos forem praticados e a “economicidade” no novo conceito do ativo como recurso presente.

Em algumas opiniões deste grupo, a convergência a justificativa dada pelos outros grupos foi observada no que concerne à simplificação do conceito e subjetividade na nova proposta, sendo concordado que tal subjetividade influenciará no processo da transmissão do conhecimento. Em contrapartida, um dos respondentes afirmou que a objetividade e a concisão podem dificultar o entendimento do “leigo” quanto à proposta de mudança do IASB.

O segundo questionamento teve como foco a opinião do respondente acerca da melhoria de compreensão do docente a partir da nova vigência dos conceitos propostos. Desta forma, levantou-se o seguinte questionamento: “*Diante de tais mudanças, os docentes irão compreender melhor a aplicação prática dos conceitos do normativo?*”.

A maioria dos respondentes, cerca de 43% (21), discordam da proposição exposta, enquanto 24% (12) e 22% (11) são indiferentes e concordam com a assertiva, respectivamente. Apenas 3 pessoas (6%) afirmaram discordar totalmente, e 2 pessoas concordam totalmente.

Neste levantamento, os docentes justificaram que a busca de outras referências proporcionará um aprofundamento dos conceitos quando da sua aplicação prática. Outro respondente afirmou que a partir da prática desses conceitos, o “entendimento prático” seria consolidado e como consequência disso, a “vaguidade” do conceito seria diminuída no que concerne à transmissão desse conhecimento.

Quanto aos doutorandos, a interpretação desse questionamento foi observada por meio de duas justificativas. Na primeira, um dos respondentes afirmou que este entendimento deveria ser coercitivo, pois “norma determina o procedimento e este não deve ser questionado”, em contraponto, a segunda justificativa apresentou que a simplicidade dos novos conceitos pode gerar um efeito de “acomodação” por parte dos docentes o que os levaria a limitar o entendimento do que o normativo descreve.

Comparativamente, alguns dos mestrandos também concordaram que o entendimento prático desses conceitos seria objetivo. Porém, outros participantes desse grupo confrontaram a aplicação prática desses novos conceitos, a partir da subjetividade, que eles afirmam, estar presente nas “entrelinhas” dos próprios conceitos. De acordo com um dos respondentes da pesquisa, o conceito do normativo “ficará mais simples e trará menos informações que seriam necessárias”.

A última questão deste bloco se referiu ao aprendizado dos discentes, assim, o questionamento se apresentou da seguinte forma: “*As mudanças mencionadas facilitarão o aprendizado dos discentes?*”.

Os respondentes, em sua maioria, afirmaram concordar com a assertiva, representando um percentual de 35% (17), enquanto que 33% (16) discordam. Apenas 8% discordam totalmente, e pensam que as mudanças não provocarão maior facilidade no processo de assimilação, em contraste, 12% (6) acreditam que tais mudanças facilitarão o entendimento dos conceitos propostos.

A justificativa dos docentes que afirmaram concordar evidenciou aspectos referentes ao entendimento hermenêutico (apenas do conceito) e na própria relação existente entre o ensino e aprendizagem. Nesta segunda abordagem, os docentes afirmaram que o entendimento por

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

parte dos discentes dependerá de como este foi entendido e abordado pelos docentes na transmissão do conhecimento.

Especificamente, outros docentes afirmaram que poderá haver um “entreve” entre a análise conceitual dos discentes e a padronização requerida pela prestação das informações contábeis para usuários externos. Em convergência a esta afirmação, outro respondente afirmou que os preceitos da Teoria da Contabilidade devem ser associados para que o entendimento dos conceitos seja facilitado.

De forma convergente, uma das colocações dadas pelos doutorandos afirmou que a aprendizagem dos conceitos pode tornar-se mais simples, porém os docentes deverão não transferir a limitação do seu entendimento para os discentes. Quanto ao perfil de respostas dadas pelos mestrandos a esta indagação, verificou-se que, assim como uma das justificativas dada por um doutorando, a limitação do entendimento dos discentes encontra-se na própria superficialidade dos novos conceitos.

4.3 Quanto às Características Qualitativas da Informação

O terceiro bloco do questionário se refere aos aspectos referentes às características qualitativas da informação contábil. Para que as questões pudessem ser melhor compreendidas, foi elaborado e exposto um quadro comparativo acerca da contabilização dos ativos e passivos, assim como segue:

Tabela 4 Aplicações dos conceitos dos elementos patrimoniais em janeiro 2013

ATIVO	
<i>Estrutura Conceitual Básica, CPC 00</i>	<i>Proposta de Modificação - Staff paper, Agenda 9</i>
A contabilização dos recursos no ativo será feita quando houver um aumento das aplicações, derivado de eventos passados, a empresa mantiver o controle destes recursos e quando estes possuam a premissa de gerar fluxos de caixa futuros.	A contabilização dos recursos no ativo será feita quando houver um aumento das aplicações e estas representarem um recurso negociável em tempo presente.
PASSIVO	
A contabilização dos recursos no passivo será feita quando houver um aumento nas obrigações, provenientes de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capaz de gerar benefícios econômicos.	A contabilização dos recursos no passivo será feita quando houver um aumento nas obrigações presentes que resultem na transferência de recursos para sua liquidação.

Fonte: Adaptado do Pronunciamento Técnico (CPC 00) e *Staff paper* - 28 January /1 February (2013)

O interesse prático versa sobre como os conceitos serão aplicados após o processo de comunicação ser efetivado por meio do entendimento do normativo pelos usuários. A contabilização das contas do Ativo e do Passivo representa a interpretação das normas realizada de acordo com a proposta dos novos conceitos do IASB.

Nesse contexto, o primeiro questionamento está associado ao tempo hábil no processo de tomada de decisão. Assim, a indagação proposta foi: “*O quadro 2 apresenta uma proposta de como os novos conceitos serão praticados na contabilidade. A partir dessa prática, a informação contábil será produzida em tempo hábil para se tomar decisões?*”.

Nenhum dos respondentes afirmou discordar totalmente desta assertiva, em contraste, 14% (7) afirmam concordar totalmente com a produção da informação em tempo hábil. As respostas se distribuíram com maior representatividade entre as outras alternativas. Dentre as respostas, 22% (11) discordam da melhoria de tempo hábil, enquanto 31% (15) se mostraram indiferentes, e, a maioria, representada por 33% (16) afirmou concordar.

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

Alguns dos docentes justificaram que o registro tempestivo não dependerá do entendimento dos conceitos. Em outra perspectiva, outros docentes afirmaram que as novas disposições conceituais propostas contribuiriam para competência e praticidade dos registros. Na justificativa apresentada pelos discentes da pós-graduação, os doutorandos afirmaram que a norma não apresenta materialidade em sua proposta, bem como que essas mudanças não interferiam no tempo para produção das informações. No que concerne aos mestrandos, as opiniões foram distribuídas entre a melhor contextualização da norma para produção da informação em tempo hábil, o comportamento reflete mais influência na tempestividade do que a abordagem dos conceitos e não influência dessa mudança na contabilização. Nesta última opinião, um dos respondentes afirmou: “A proposta de modificação não alterará em nada o momento da contabilização...”.

O segundo questionamento levantado refere-se à confiabilidade das informações contábeis, assim, este foi representado da seguinte forma: “*A aplicação destes novos conceitos permitirá que as informações sejam mais confiáveis do que quando dos conceitos atualmente utilizados?*”. A maioria das respostas concentrou-se na alternativa “indiferente”, desta forma, 39% (19) assumiram estar indiferentes quanto à maior confiabilidade transmitida quando da aplicação dos novos conceitos. No entanto, os mesmos percentuais foram encontrados quando das respostas “concordo” e “discordo”, com 13 respondentes cada, representando uma participação de 26,5% de cada grupo.

As justificativas dos docentes dadas como explicação para esses percentuais foram referentes à influência ou não dos conceitos do normativo na contabilização. Quanto a não influência, parte dos docentes afirmou que a confiabilidade da informação encontra-se vinculada a capacidade de julgamento do profissional e aos critérios de mensuração. Quanto à influência dos conceitos, outra parte apresentou a eliminação da redundância e a clareza desses conceitos como fatores que contribuem para uma informação mais confiável.

Sobre essa indagação, os doutorandos afirmaram que as incertezas de mercado têm fragilizado os conceitos da estrutura conceitual e que, assim como a afirmação de parte dos docentes, a confiabilidade não está atrelada a aplicação dos conceitos. Para os mestrandos, a aplicação dos conceitos também não influenciam a confiabilidade e a qualidade da informação, nesse aspecto, um dos respondentes afirmou: “A prática está relacionada à disciplina, sendo assim depende muito mais do comportamento do que da explicação da teoria”.

O último questionamento teve como objetivo abordar sobre a minimização de erro, e este foi realizado da seguinte maneira: “*A prática de tais conceitos podem então vir a minimizar a ocorrência de erros?*”. A concentração das respostas deu-se entre as opções “discordo” e “indiferente”, onde a primeira foi representada por 33% (16), enquanto a segunda obteve a maior quantidade de respostas com a representação de 37% (18). Os indivíduos que concordam com a diminuição de erros com a nova conceituação foram representados pelo percentual de 18% (9), enquanto os 6 (12%) respondentes restantes dividiram-se em “discordo totalmente” e “concordo totalmente”.

A percepção dos docentes sobre a relação entre a prática dos conceitos e a ocorrência de erros foi dividida entre a interpretação e outras variáveis que interferem na agilidade da informação. Sobre a interpretação, um dos respondentes afirmou que os novos conceitos “praticamente obrigam ao registro das informações com tempestividade”, bem como, quanto maior a interpretação dos conceitos, menor será a ocorrência de erros.

Os doutorandos acreditam que os novos conceitos já carregam erros em sua proposta, bem como, assim como alguns docentes, os erros não estão atrelados à aplicação prática dos conceitos. Quanto a justificativas dos mestrandos, um dos participantes da pesquisa afirmou que o recurso econômico trazido pelo conceito gera dúvidas na aplicação. Outros mestrandos,

convergindo com as opiniões dos professores e doutorandos não efetuaram associação entre a aplicação dos conceitos e a ocorrência de erros.

4.4 Quanto às Modificações Conceituais dos Ativos e Passivos

Uma das indagações sobre a emancipação da contabilidade encontra-se no comportamento do indivíduo quanto à utilização dos novos conceitos a partir da prática que será desenvolvida com base nas respostas que serão dadas aos questionamentos acima. O resultado do aspecto emancipatório de Habermas “deságua” na consolidação do processo comunicativo e este é efetivado pela interpretação de um objeto do conhecimento.

Sendo a Estrutura Conceitual este objeto, o aspecto emancipatório se situa na argumentação crítica que o usuário poderá desenvolver a seu respeito. E esta argumentação será desenvolvida pela interpretação do usuário quanto às informações existentes na Estrutura Conceitual e no *Staff Paper*. Dessa forma, o quarto e último bloco do questionário teve por objetivo o aprofundamento sobre as mudanças propostas pelo IASB e subdividiu-se em duas seções: *quanto à modificação conceitual do ativo e quanto à modificação conceitual do passivo*.

A primeira seção é composta por 3 perguntas que dizem respeito ao ativo. O primeiro questionamento foi exposto da seguinte forma: *“Na proposta de alteração do IASB, a variável ‘controle’ não é mais considerada como condição necessária para que os recursos sejam classificados como ativos. Essa alteração facilitará a classificação correta dos recursos como ativos?”*. Os respondentes, em sua maioria, apresentaram discordância da proposta, cerca de 53% (26), enquanto 20% (10) identificaram-se como indiferentes. Em seguida, 18% (9) concordam com a assertiva e sugerem que a não existência do termo “controle” na conceituação de ativos facilitará sua correta classificação, em detrimento do conceito vigente.

Neste questionamento, alguns docentes delimitaram que a variável “controle” encontra-se implícita no próprio conceito. Outros docentes afirmaram que a alteração dos conceitos pode dar margem a discricionariedade e ainda podem gerar maior incidência de erros na classificação. Destarte, um doutorando afirmou que a continuidade encontrava-se distorcida nessa nova proposta.

Na opinião de um dos mestrados, o conceito anterior de ativo “deixava mais claro” o que pode ser considerado como um ativo. Na perspectiva da análise conceitual, outro mestrado afirmou que essa conceituação de “recurso econômico presente dificultará um pouco essa distinção e definição do que seria realmente um ativo da entidade”.

A segunda questão destina-se a abordar acerca de outro aspecto em modificação, o termo “eventos passados”. O questionamento foi apresentado da seguinte forma: *“Na proposta de alteração do IASB, a variável ‘eventos passados’ também não é mais considerada como condição necessária para que os recursos sejam classificados como ativos. Essa alteração facilitará a classificação correta dos recursos como ativos?”*. As respostas para esta indagação tiveram maior concentração de distribuição entre os itens “discordo”, “indiferente” e “concordo”. A maioria, 35% (17), apresenta discordância da proposição, demonstrando não haver maior facilidade na classificação dos ativos com a retirada do referido termo em sua conceituação. Em seguida, 29% (14) dos respondentes mostraram-se indiferentes, e 27% (13) concordam com maior facilidade advinda da modificação. O restante divide-se em “discordo totalmente” com 4% (2) e “concordo totalmente” com 6% (3).

Alguns dos docentes justificaram que a variável “eventos passados” tornava-se redundante para o entendimento dos discentes. Outros docentes afirmaram que a retirada dessa variável não interferia na aplicação dos novos conceitos, bem como, um dos docentes afirmou que existiam outras variáveis que interferiam nessa aplicação.

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

Na opinião de um dos doutorandos, a continuidade continua sendo comprometida com a nova proposta de definição. Já as justificativas dos mestrandos respondentes abordaram que a variável indagada encontra-se intrínseca na nova definição, em contrapartida, outro mestrando afirmou que a não delimitação de “eventos passados” no conceito torna-o mais abrangente e vago. Outro mestrando afirmou que esta mudança não oferecia reflexos quanto ao tratamento da essência sobre a forma.

A última questão relacionada à modificação do ativo foi referente ao termo “probabilidade de geração de benefícios”, onde este, segundo a proposta de modificação, não será mais utilizado. Assim, a questão elaborada deu-se pela seguinte indagação: *“Na proposta de alteração do IASB, a variável ‘probabilidade de geração de benefícios’ também não é mais considerada como condição necessária para que os recursos sejam classificados como ativos. Essa alteração facilitará a classificação correta dos recursos como ativos?”* Nesta questão verificou-se que a maioria dos respondentes apresentaram discordância parcial da facilitação da classificação dos recursos com um percentual de 39% (19), enquanto 10% (5) discorda totalmente e 22% (11) mostram-se indiferentes. Quanto à concordância, foi possível observar um percentual de concordância parcial em 25% (12) e total em 4% (2).

Os docentes afirmaram que a variável “probabilidade” representa uma característica intrínseca do conceito dos elementos patrimoniais e que influenciará no processo de ensino, outros concordam que a mudança facilitou esse processo e ainda que carregam outras variáveis que interferem.

Sobre essa questão, um dos doutorandos afirmou que a continuidade é que caracteriza o ativo e um dos mestrandos afirmou que: “Não faz diferença, o conceito original “bens e direitos” e a questão da essência sobre a forma prevalecem”.

A seção seguinte, que trata do passivo abordou duas questões. A primeira questão suscitada foi apresentada da seguinte forma: *“Na proposta de alteração do IASB, a variável ‘derivada de eventos passados’ não é mais considerada como condição necessária para que as obrigações sejam classificadas como passivos. Essa alteração facilitará a classificação correta dos recursos como passivos?”*. Para o questionamento supracitado verificou-se que a maioria apresentou concordância na facilitação da correta classificação dos passivos, assim, o percentual que indica o grau de concordância foi de 41%, sendo 37% (18) concordantes parcialmente com a assertiva, e 4% (2) concordantes de maneira plena. O mesmo percentual de discordância total foi encontrado 4%, enquanto que os que discordaram parcialmente desta melhoria representou 29% (14) dos respondentes. Os que se mostraram indiferentes a esta assertiva foram representados por 26% (13).

Sobre isto, grande parte dos docentes afirmou que essa mudança buscou a eliminação de redundância, pois a variável “eventos passados” já estava intrínseca no conceito de passivo, em contrapartida, um dos mestrandos afirmou que esta mudança facilitou a aplicação, por existir empresas que não possuem o controle do registro de dispêndios que irão influir no futuro, mas que não foram derivada de eventos passados.

O último questionamento evidenciou os aspectos de benefício econômico e foi apresentado da seguinte maneira: *“Na proposta de alteração do IASB, a variável ‘benefícios econômicos com a saída de recursos’ também não é mais considerada como condição necessária para que as obrigações sejam classificadas como passivos. Essa alteração facilitará a classificação correta dos recursos como passivos?”*. Nesta última questão, a maioria dos entrevistados apresentou concordância em 37% como um processo de facilitação da classificação, 33% (16) concordando parcialmente, enquanto 4% (2) admitiram concordância total. O percentual de indiferentes a este questionamento foi de 29% (14), a mesma participação dos que evidenciaram discordância parcial e 6% (3) discordância total.

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

As justificativas de alguns docentes apresentadas para este resultado foi de que o conceito de passivo tornou-se mais abrangente, não restringindo mais o passivo apenas a saída de recursos. Um dos doutorandos respondentes enfatizou que o passivo contrapõe o ativo, logo, entende-se que esta justificativa concentra-se na “transferência do recurso econômico presente”. Para um dos mestrandos, a influência dessa mudança conceitual ocorrerá em maior volume nas contas de resultado, haja vista que esta considera os fatos que gerariam dispêndios e não geraria benefício concomitante, exemplificando as perdas para ilustração de sua justificativa.

5 CONCLUSÃO

O processo de comunicação que ocorre entre os usuários da informação contábil e os conceitos da Estrutura Conceitual Básica permite relacionar o conhecimento adquirido pelo usuário na concepção da prática. A abordagem de Habermas, englobado pela Teoria Crítica, permite ao indivíduo visualizar a técnica que foi interpretada no normativo e transmitir o conhecimento. Depois disso, a transmissão do conhecimento por meio da interpretação, representa um dos meios para que o indivíduo seja emancipado.

A relação entre os interesses técnico, prático e emancipatório como meios de construção do conhecimento pelos indivíduos e às definições da Estrutura Conceitual Básica, junto às propostas de modificação do IASB, permitiu apresentar as perspectivas das discussões dos conceitos dos elementos patrimoniais quando submetidos às etapas elencadas pela teoria crítica, segundo Habermas.

A partir disso, no interesse técnico, que segundo o enfoque de Habermas situa-se no domínio e controle social, a interpretação dos participantes buscou considerar, em parte, as influências dessas propostas ao processo do ensino. A percepção de grande parte dos grupos questionados partiu da análise hermenêutica dos conceitos, haja vista considerarem essas propostas como conceitos mais simplificados para um novo modelo de estrutura conceitual.

Tendo em vista que pela compreensão do interesse técnico, operacionaliza-se o interesse prático, os conceitos dos elementos patrimoniais, neste último interesse, passam a ser vistos a partir da contabilização dos ativos e dos passivos de acordo com as novas disposições conceituais e pelos conceitos pré-existentes. A percepção dos respondentes apontou certa distância entre o entendimento da relação da operacionalização dos novos conceitos e prática da contabilidade. Muitos dos respondentes afirmaram existir variáveis predominantemente profissionais nesses registros e que estas influenciam mais que os normativos.

O interesse emancipatório se consolida pela crítica ao formato de contabilização dos elementos do patrimônio, isto feito por intermédio ao conhecimento dos respondentes sobre a transição das variáveis nos próprios conceitos.

Dessa forma, a percepção trazida pelo interesse emancipatório é dada pelo entendimento das novas definições dos elementos patrimoniais trazidas pelo IASB. Com isto, a percepção dos respondentes indicou, em caráter hermenêutico, que não ocorreram transições de grande extensão da Estrutura Conceitual para nova proposta.

O entendimento crítico dos respondentes evidenciou que os novos conceitos trazem as variáveis dos conceitos anteriores de forma intrínseca. Quando tal percepção foi vinculada ao ensino pelos próprios respondentes, verificou-se que o processo do ensino e aprendizagem sofre influência. Tal influência materializada pela necessidade dos docentes reportarem as características conceituais existentes na transmissão dos novos conceitos, haja vista a permanência da “essência sobre a forma”, caso ocorra à institucionalização das novas propostas de conceitos pelo IASB.

No enfoque do aspecto comunicativo de Habermas, acredita-se que, caso seja implementada a proposta de mudança feita pelo IASB, o novo processo de comunicação

contábil irá influenciar o rearranjo da posição ocupada pela Contabilidade no contexto social vigente nas organizações.

6 REFERÊNCIAS

- ARMSTRONG, P. The Rise of Accounting Controls In British Capitalist Enterprises. *Accounting Organizations and Society*, Vol. 12, No. 5, pp. 415-436, 1987.
- ARRINGTON, E. C.; PUXTY, A. G. Accounting, Interests, and Rationality: A Communicative Relation. *Critical Perspectives on Accounting*. 1991. No.2. pp. 31-58.
- BEUREN, I. M.; SÖTHER, A. A Teoria da Legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da Região Sudeste do Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP*, v. 3, n. 5, p. 98 - 120 jan./abr. 2009.
- BROWN, J.; DILLARD, J. Critical accounting and communicative action: On the limits of consensual deliberation. *Critical Perspectives on Accounting*, 24 (2013) 176–190.
- CLEGG, S. R. [et al.] *Handbook de estudos organizacionais*. 1. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento Conceitual Básico (R1)* Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf. Acesso em 26 de mai. 2013.
- GALLHOFER, S.; HASLAM, J. Beyond Accounting: The Possibilities of Accounting and “Critical” Accounting Research. *Critical Perspectives on Accounting*. 1997. Vol. 8. pp. 71 – 95.
- GRAMSCI, A. *Selections from the Prison Notebooks*. In: Hoare, Q., Nowell Smith, G. (Eds.) Lawrence and Wishart, London, 1971.
- HABERMAS, Jurgen. Towards a theory of communicative competence. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*. vol 13, 1970.
- HABERMAS, J. *Knowledge and Human Interests*. Heineman Books. Londres, 1972.
- HABERMAS, J. *Racionalidade e comunicação*. Lisboa, Edições 70, 221 p, 2002.
- HORKHEIMER, Max. Traditional and Critical Theory. In: *Critical Sociology*. Paul Connerton (Eds.) Harmondsworth: Penguin Books, 1976
- IFRS - Home. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Pages/default.aspx>. Acesso em 06 de jul. 2013.
- IFRS. *IASB Agend ref – Staff paper*. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Liabilities/archive/Pages/IASB-Staff-Paper-Recognising Liabilities-Arising-from-Lawsuits-posted-to-IASB-website.aspx>. Acesso em 26 de mai. 2013
- IFRS. *IASB Agend ref – Staff paper*. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Meetings/MeetingDocs/IASB/2013/May/10-Conceptual%20Framework.pdf>. Acesso em 05 de jul. 2013.
- IUDÍCIBUS, S. Ensaio sobre algumas raízes profundas da Contabilidade, em apoio aos Princípios Fundamentais. *Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP*, v. 1, n. 1, p. 8 - 15 set./dez. 2007.
- IUDÍCIBUS, S.; RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, J. Exedito de Gusmão;
- LAGIOIA, U. C. T. *Pronunciamentos Contábeis na Prática*. 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.
- LASO, S.; *La importancia de la Teoria Critica en las Ciencias Sociales*. Espacio Abierto, vol. 13, núm. 3, Jul/Set., 2004, pp. 435 – 455.
- LAUGHLIN, R. C. Accounting Systems in Organizational Contexts: A Case for Critical Theory. *Accounting Organizations and Society*, Vol. 12, No. 5, pp. 479-502, 1987.
- LUKACS, G. *History and class consciousness: Studies in Marxist dialectics*. Originalmente publicado em 1923, traduzido por R. Livingstone, Merlin Press, Londres, 1971.
- MARANHÃO, C. M. S. A.; VILELA, J. R. P. X. *Teoria Crítica e Pesquisa Empírica: um estudo sobre Theodor Adorno*. XXXVI ENANPAD. Disponível em: www.enanpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/.../EOR1044.pdf. Acesso em: 29 de abr. 2013.

Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

- OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Finanças*. USP, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 155-173, maio/jun./jul./ago. 2011.
- PARISI, C., MEGLIORINI, E. [et al.]. *Contabilidade Gerencial*. São Paulo: Atlas, 2011.
- PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. Uma Reflexão sobre a Contabilidade: Caminhando por trilhas da “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*. Vol. 8. n.4. out/dez 2011.
- PEDERSEN, Jorge. Habermas' Method: Rational Reconstruction. *Philosophy of the Social Sciences*. vol. 38, n. 4, pp 457-485, dez./2008.
- ROSLENDER, R. Critical Theory. In: HOQUE, Zahirul. *Methodological issues in accounting research: Theories, methods and issues*. Australia, Spiramus, 2006.
- SANTOS, L. P. G. [et al.]. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade e Finanças*. USP, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 174-188, maio/jun./jul./ago. 2011.